

Os intelectuais sob o anti-intelectualismo



Por **LUIZ MARQUES***

O anti-intelectualismo é a ponte estaiada no neofascismo e no neoliberalismo para a barbárie. Os intelectuais são membros da resistência ao irracionalismo redivivo

No mundo árabo-islâmico, observa Edward W. Said em *Humanismo e Crítica Democrática* (Companhia das Letras), são usadas duas palavras para intelectual: *muthaqqaf* e *mukafir*, a primeira derivada de *thaqafa* ou cultura (daí, homem de cultura), a segunda de *fikr* ou pensamento (daí, homem de pensamento). Confrontados com a falta de confiabilidade de governos autoritários, que utilizavam a censura para bloquear a circulação do debate sobre o bem comum, os intelectuais eram vistos como mais dignos de confiança no Oriente Médio.

No início do século XX, a legitimidade para arguir as injustiças foi confirmada na ruidosa intervenção de Émile Zola (*J'Accuse*, 1898) no caso Dreyfus. A tomada de consciência nas letras reforçou a ideia do escritor-intelectual como guia para atravessar os tempos confusos, na condição de porta-voz de um partido político (Rosa Luxemburgo) ou classe social (Hobsbawm). Na história francófona, o vocábulo *intellectuel* manteve acesa a referência à participação constante na esfera pública, com *maîtres penseurs* (Simone de Beauvoir, Aron).

Na Itália, a noção de engajamento ecoou na elaboração de Antônio Gramsci, legada pelos *Quaderni del Carcere* (1926-1937), acercados *intellettuali* “orgânicos” (ligados às classes ascendentes) e “tradicionais” (ligados às classes em declínio). Significa dizer que em algum momento qualquer intelectual vivenciou uma organicidade de classe. A concepção impactou, pelo uso e quicá pelo abuso caricatural, o hemisfério ocidental. O tema sempre foi sedutor.

Nos Estados Unidos, os intelectuais – que tecem visões sobre os rumos da sociedade e do Estado – jamais tiveram um tal reconhecimento. A especialização deixou-os à margem, à diferença de outras latitudes. Os assuntos de governo e a influência das megacorporações nos veículos midiáticos agiram como diques, quase intransponíveis pela *intelligentsia*: a) por distar das questões concretas da sutil política institucional e; b) pela restrição econômico-mercadológica exercida sobre a mídia. Judith Butler e Chomsky são brilhantes exceções.

No Brasil, encartes culturais em muitos jornais e revistas sensíveis às reflexões políticas e psicanalíticas (Marilena Chaui, Contardo Caligaris) sobre pautas de urgência acompanharam o processo de redemocratização pós-1985. Os cronistas (Sueli Carneiro, Luís Fernando Veríssimo) serviram de respiradouros às subjetividades forjadas na ditadura e reconfiguradas no *laissez-faire*, tanto moral na esteira do Maio de 1968, quanto mercantilista na esteira neoliberal. A criatividade driblou o marasmo, trouxe para as arquibancadas o identitarismo.

Na contramão, intelectuais conservadores (Olavo de Carvalho, Roger Scruton) apoiados em *fake News* aumentaram a audiência nos púlpitos verde-amarelos da imprensa. Os interesses gananciosos do capital financeiro / rentista, aos quais aquela está associada, deram o tom. O fortalecimento dos velhos alicerces do capitalismo, o colonialismo (racismo) e o patriarcado (sexismo), renovaram a náusea. A direita saía do armário em que se confinara com o desgaste herdado do período inaugurado com o golpe de 1964. Encontrara a causa do livre-mercado.

A reciprocidade entre os meios e os fins

O discurso hegemônico do *pensée unique*, condensado numa dezena de pontos no Consenso de Washington, revestiu-se da

“autoridade da ciência” para a compreensão da função estatal e das distintas dimensões da sociabilidade. “Recebemos lições intermináveis de especialistas credenciados que nos explicavam que a liberdade exige desregulamentação, privatização ou guerra, e que a nova ordem mundial é nada menos que o fim da história”, satiriza E. W. Said. Nas páginas da *Folha de São Paulo*, Alain Touraine atribuía a Fernando Henrique Cardoso o início do “ciclo virtuoso” que colocara o país na direção... do complexo de vira-lata. O crivo que reduz a democracia à “eficácia administrativa” e à “normalização das regras do jogo” bastou-lhe para o juízo. Soava infantil recordar a resiliência diante do “rumor de botas”.

Porém, as políticas aplicadas não entregaram o que prometeram (geração de empregos, desenvolvimento econômico, crescimento do Produto Interno Bruto / PIB e do Produto Interno de Felicidade / PIF) nos países que transformaram o receituário da financerização nos icônicos mandamentos do deus-mercado, a cultura e o pensamento sofreram um desprestígio. Saíram caro as mentiras dos falsos messias (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional / FMI). Eram apenas pelotões encarregados do extermínio de direitos sociais e trabalhistas, por governos que - vergonhosamente - abdicavam da governabilidade e do bem-estar social. Os dogmas da religião monetarista escondiam a opção ideológica pelos ricos (com *offshores*).

A arrogância tecnocrática da Escola de Chicago acelerou a suspeição contra o saber. Mas nos noticiários locais a soberba ainda se reproduz, ao injuriar os que revelam a face oculta (antissocial) da austeridade fiscal por querer “furar o teto de gastos”. O jornalismo vil sob patrocínio dos bancos padroniza pareceres que os repórteres papagueiam sem questionar.

O prestígio em queda da intelectualidade se acentuou com os autores pós-modernos, que trataram como simples “narrativas” as falas científicas, estéticas, de gênero, raça. Ao invés da classificação em analíticas ou propositivas, relativizaram as assertivas. Na peste pandêmica, o negacionismo de lesa-humanidade explorou a sintomática derrisão do conceito de verdade, para desautorizar as recomendações sanitárias da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Neste contexto, ruiu a credibilidade da comunidade argumentativa. Seu poder na “produção coletiva de utopias realistas”, na expressão de Pierre Bourdieu, com pesquisas e conceitos para interpelar e superar o senso comum perdeu a potência. As teorizações foram eclipsadas da sociedade. O trabalho das abstrações foi carimbado de subversivo, apátrida. As disciplinas de sociologia e filosofia foram atacadas como seres extraterrestres no currículo do Segundo Grau. Professoras e professores, socraticamente, acusados de corromper (*sic*) a juventude. Como nos versos de Martin Fierro: “*Vamos entrando recién / a la parte más sentida*”.

O Ministério de Ciência e Tecnologia teve um absurdo corte de 90% no orçamento. Verbas para os bolsistas em nível de mestrado e doutorado foram para o ralo. Houve uma evasão de cérebros para o exterior, pelo abandono caótico a que foram condenados os pesquisadores, depois da árdua trajetória de estudos a serviço do conhecimento, da ciência, das artes. A devastação da Amazônia atingiu recordes. O desrespeito ao território dos povos originários, com ameaças e assassinatos, estamparam o horror. Crianças acabaram sugadas pelas dragas de garimpeiros, ao se banhar nos rios de seus avós. Assistiu-se ao enriquecimento de 1% vs o empobrecimento de 99% da população, na metáfora criada no *Occupy Wall Street*. O país voltou ao mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Enfraqueceu-se o papel do intelectual de discernir os elementos dialéticos de situações políticas conflituosas.

Esfumou-se o guardião dos acontecimentos fugados de modo artificial da memória oficial, os “desaparecimentos” sob as ditaduras militares na América Latina, a estratégia genocida de “imunidade de rebanho” pela disseminação do vírus na pandemia, o número de óbitos da Covid-19, o alinhamento automático aos Estados Unidos, a crescente desindustrialização. Volatizou-se a construção dos pilares da igualdade, os programas sociais, o projeto nacional-desenvolvimentista (com inserção ativa da cidadania), o resguardo das empresas da sanha privatista. O pesadelo dos zumbis espalhou-se na noite dos “irmãos da rua” daquele padre. Ossos que eram distribuídos aos cachorros, agora são vendidos para miseráveis que fazem fila na porta dos açougues. Arruinou-se a paz social e a coexistência da biodiversidade. “E daí? Não sou coveiro? Vão chorar até quando? Chega de mimimi”, ouve-se no cercadinho.

O anti-intelectualismo presente no bolsonarismo *et caterva* além-mar (Hungria, Polônia, Índia) é uma reação revanchista ao protagonismo dos intelectuais “políticos” (organizados e engajados na luta de classes) e “puros” (desorganizados, mas partícipes em petições). Reação que mira a desumanização líquida e o desmonte dos locais de ensino, tendo clubes de tiro e jagunços da polícia militar na retaguarda. O Tradicionalismo não suporta a Modernidade.

Deixava-se para trás a clássica oposição entre os indivíduos envolvidos com problemas práticos e os indivíduos que orbitam

as ideias radicais, com gosto por revoltas. Como se as ideias não dessem frutos ao amadurecer. As lutas contra a escravidão, as conquistas das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos gays, dos jovens, a exemplo lá atrás do novo sindicalismo e do erguimento de um partido político de “baixo para cima”, não ocorreram num passe de mágica. Para mudar e aperfeiçoar o mundo é necessário antes compreendê-lo.

Os meios (*homo faber*) e os fins (*homo sapiens*) estão imbricados. Os valores incrustados na finalidade não podem ser negados por métodos aéticos, com teor político contraditório e errático. Há aí reciprocidade. A suspensão da antiga bipolaridade, com o cancelamento do sujeito portador da imaginação transformadora em um dos polos, pôs termo à interlocução. Desceu a pesada cortina do autoritarismo no palco. A fascistização do debate público faz tábua rasa das nuances, dos pontos de vista. Aborda com simplificações o que é complexo.

De novo, as memórias do esquecimento

O exílio da coerência motivou a saída de Paul Nizan do Partido Comunista Francês (PCF), frente à chocante aliança germano-soviética (1939), que Stalin justificou com alegações “táticas” para melhor preparação do enfrentamento iminente. Desolado, Nizan anotou: “A única honra que nos resta é a do intelecto”. Alianças em prol do fazer sem consideração pelo pensar suscitam sentimentos depressivos e deserções no campo de batalhas, ainda hoje.

Para o sociólogo Sérgio Abranches, o dilema prenunciou-se em 1988 pelo “presidencialismo de coalizão” na arquitetura da institucionalidade, que introduziu a figura da Presidência no arcabouço parlamentarista da Constituição Federal. A moldura “cidadã” propiciou as ações abstrusas que, no teatro político-parlamentar, celebram pactos indigestos à metabolização.

O assombro ressuscitou entre os ilustres deputados Glauber Braga, Fernanda Melchionna *et alli*, do Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) e Marcelo Freixo, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), contrários à Proposta de Emenda Constitucional (PEC / nº 5). A plêiade atendeu anseios indecorosos de procuradores corruptos e juízes facciosos, e passou a ganhar elogios da banda podre do punitivismo, em entrevistas. A votação fechou os olhos às mille ilegalidades da operação Lava Jato e à dinâmica persecutória com objetivos políticos contra a esquerda, eximindo o Ministério Público (MP) de um controle público coerente.

O MP ainda espera um julgamento justo. Os comensais também. Embora os políticos em tela não pertençam à categoria da intelectção, o que não é defeito e tampouco virtude, teria sido prudente tomar caldo de galinha e seguir a máxima: “*La primera tarea de los intelectuales debería ser la de impedir que el monopolio de la fuerza se convierta en el monopolio de la verdad.*” E prestar atenção no sinal vermelho. “*La tarea del intelectual es agitar ideas, resaltar problemas, elaborar programas o solamente teorías generales; la tarea del político es tomar decisiones.*”. In: Norberto Bobbio: *el Filósofo y la Política – Antología* (Ed. FCE).

Dois tipos de erros rondam as deliberações no Parlamento, os conjunturais e os que incidem na história. Uns se autocorrigem no andar da carroça. Outros correm o risco de quebrar o eixo da carreta. A essa altura ninguém duvida da natureza do equívoco cometido. Mesmo com o desconto das infecciosas razões de praticidade, ignoradas pela teoria, é inaceitável a escolha promovida pelos responsáveis por estabelecer linhas de ação à defesa da justiça contra a discricionariedade. Parafraseando: “A única honra que nos resta é o desencanto”.

Os intelectuais atuam em uma seara peculiar com relativa autonomia dos condicionamentos socio-econômicos e históricos – a cultura. Lugar onde orientações e aberrações ideopolíticas (Mário Frias, Sérgio Camargo) não vingariam se a sociedade tivesse ajustado contas com os “anos de chumbo”. Sequer viria à tona o plágio dos estratégias de Joseph Goebbels que formataram a tragédia nazifascista. No niilismo que cobre de escuridão a extrema-direita, e setores à *gauche*, é impossível distinguir a estrela polar para guiar a embarcação republicana. Mas é possível afirmar que a miliciana carta de navegação do ódio bolsonarista conduz à servidão, enquanto a bússola do socialismo democrático antecipa a libertação dos corpos e das almas, e leva o barco da sensatez ao porto dos libertos da opressão: *le temps des cerises*.

A resistência ao irracionalismo redivivo

Contudo, frise-se o alerta: a “dialética das durações” mostra que a grande onda da história contemporânea não se encerrou

com o tribunal de Nuremberg. O ovo da serpente continua produzindo répteis. Trata-se de um fenômeno cujos pressupostos sobreviveram intactos. O sentimento de perdedores resultante da ideologia meritocrática não esmoreceu. Cresceu. O exército industrial de reserva foi substituído pela multidão de ressentidos com a modificação de seu estatuto no âmbito da família, na relação com a esposa e os filhos e a sexualidade.

A experiência do socialismo burocrático / totalitário causou decepções. O “socialismo real”, como apontou a crítica de Rudolf Bahro, rasgou o princípio assinado por Marx e Engels de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (*Manifesto de 1848*). A asfixia dos soviets na ex-URSS foi consequência. A terra de Canaã precisa ser reinventada, a partir da democratização da democracia e não de sua negação, curta e grossa.

A materialização completa da democracia, com instituições para garantir que os órgãos de representação não usurpem os direitos individuais e coletivos, coincide com o socialismo. A consecução plena do socialismo, com a propriedade social articulada a uma superestrutura oxigenada, coincide com a democracia. Na ausência do par socialismo / democracia, a vida social desmorona “*en el cansancio histórico y en la utopía pervertida*”, escreve Leonardo Padura nos últimos parágrafos de *El Hombre que Amaba a los Perros* (Ed. Max Tusquets).

A democracia participativa não é mero acessório do pensamento mudancista, a fria vingança da cultura romântica em face dos desvios do regime de representantes, tornado refém do dinheiro. Ou um capricho de quem sente saudades do rousseuismo. É a garantia de que a soberania democrático-popular não será sequestrada, conforme o foi no socialismo real e, o é, no capitalismo realmente existente. Há que reatualizar pela práxis política as revolucionárias bandeiras da liberdade, igualdade e solidariedade. E lutar nos *fronts* avançados (escolas, universidades, centros de formação acadêmica, casamatas da opinião pública) para conter a destruição dos valores de sustentação da civilização moderna e do equilíbrio ecológico.

O anti-intelectualismo é a ponte estaiada no neofascismo e no neoliberalismo para a barbárie. Os intelectuais são membros da resistência ao irracionalismo redivivo. Evocam a admirável coragem da brava Dolores Ibárruri (*La Pasionaria*) para salvar a República durante a Guerra Civil na Espanha, na década de 1930, ao converterem slogan a exclamação: “*No pasarán!*”. Finda a batalha de Madrid, o generalíssimo Francisco Franco debochou: “*Hemos pasado!*”. Pouco importa que nem sempre tenhamos vencido, importa que tenhamos estado do lado certo. Eis o compromisso geracional incontornável, ditado pelo imperativo categórico.

***Luiz Marques** é professor de ciência política na UFRGS. Foi secretário estadual de cultura do Rio Grande do Sul no governo Olívio Dutra.